

Princípios do d. do trabalho

▷ **dispositivo e inquisitivo**: os princípios dispositivos e inquisitivos mostram-se como contrários, ou seja, **antagônicos**. Enquanto o **princípio dispositivo** está ligado à necessidade de pedido da parte pl que o poder judiciário atue, sendo inclusive chamado de princípio da inércia, o **princípio inquisitivo** está relacionado à **atuação de ofício do juiz**, ou seja, **atuação sem necessidade de pedido**, como ocorre na hipótese do art. 878 da CLT, que prevê o início da execução definitiva de ofício, isto é, por iniciativa do Magistrado Trabalhista, que, ao verificar ter ocorrido o trânsito em julgado, determina a realização dos atos executivos. Nas provas é bem comum encontrarmos a informação de que o **princípio dispositivo é a regra e o inquisitivo a sua exceção**.

* **caso o exequente possua advogado constituído** nos autos, caberá ao profissional requerer o início da execução, sob pena até mesmo de decretação da prescrição intercorrente, que agora passa a ser reconhecida no processo do trabalho.

▷ **Proteção**: é através desse princípio que **tratam-se desigualmente os desiguais** por aplicação do in dubio pro operario, condição mais benéfica e norma mais favorável.

O **tratamento é diferente pl empregado e empregador**, de forma a proteger e facilitar a prática dos atos processuais, dispensando o pagamento de custas processuais no início do processo.

▷ **conciliação**: **a conciliação é extremamente importante pl** o processo do trabalho, pois por meio dela são extintos milhares de processo por ano na justiça do

trabalho.

A conciliação foi incentivada pelo legislador, ao prever 2 momentos obrigatórios de tentativa de acordo, um no início e outro ao final. O art. 846 da CLT prevê a primeira tentativa logo no início do ato, após a pregação das partes. Já o art. 850 da CLT diz que após a pregação as alegações finais o juiz tentará novamente uma conciliação.

* o magistrado não é obrigado a homologar o acordo que foi proposto pelas partes

↳ única forma de desfazer o acordo é por meio de uma ação rescisória.

importante → A sentença que homologa acordo é do tipo definitiva, pois extingue o processo com resolução do mérito.

▷ **irrecorribilidade imediata das interlocutórias**: esse princípio afirma serem **incabíveis recursos de decisões proferidas no curso do processo**, devendo a parte prejudicada aguardar ser proferida decisão final p/ recorrer.

▷ **Jus postulandi**: está previsto no art. 791 da CLT, que prevê a possibilidade de as partes atuizarem e acompanharem as suas ações **sem necessidade de advogado**.

Súmula 425 TST → situações em que o advogado é indispensável: mandado de segurança, ação rescisória, ação cautelar e recursos dirigidos ao TST.